

AGENDA INSTITUCIONAL

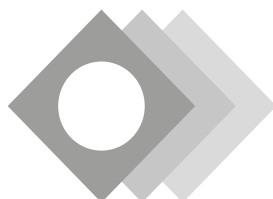
2026

Agenda estadual do comércio de bens, serviços e turismo



AMAZONAS

Agenda estadual do comércio de bens, serviços e turismo



AMAZONAS



Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Amazonas - Fecomércio-AM
Agenda Estadual do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - Amazonas | 2026

Presidente: José Roberto Tadros

Primeiro Vice-presidente: José Roberto Tadros Júnior

Segundo Vice-presidente: Aderson Santos da Frota

Primeiro Secretário: Paulo Rogério Tadros

Segunda Secretária: Antônia Moura de Souza

Primeiro Tesoureiro: Enock Lunière Alves

Segunda Tesoureira: Maria Helena de Souza Fonseca

Suplente De Diretoria: Teófilo Gomes da Silva Neto, Gilvan Farias Lima, Renato Aguiar Dias, Arno José Argenta, Antônio Maria dos Santos da Silva Azevedo, Isper Abraham Lima, Salem José Neto

Conselho Fiscal: Celso Gonçalves dos Santos, Roberto Simão Bulbol, Hagime Takayama

Suplente Do Conselho Fiscal: Cláudio Brandão Nina, Claudio do Carmo Chaves, Edivaldo Mendonça Souza

Delegado Representante: José Roberto Tadros Júnior, Aderson Santos da Frota

Suplente De Delegado Representante: Paulo Rogério Tadros, Teófilo Gomes da Silva Neto

1ª edição 2023 | 2ª edição 2024 | 3ª edição 2025 | 4ª edição 2026

Projeto Gráfico: Gerência Executiva de Comunicação (CNC)

Diagramação e Ilustração: Vivian Kilsztok Bittencourt (CNC)

Revisão: Daniel Dutra

CNC - Rio de Janeiro

Av. General Justo, 307

CEP 20021-130

PABX: (21) 3804-9200

CNC - Brasília

SBN Quadra 1 Bl. B - nº 14

CEP 70041-902

PABX: (61) 3329-9500/3329-9501

www.portaldocomercio.org.br

F293

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Amazonas

Agenda Estadual do Comércio de Bens, Serviços e Turismo: Amazonas. / Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Amazonas. - Rio de Janeiro: Fecomércio Amazonas, 2026. 36 p.: il. color.

1. Gestão Pública. 2. Desenvolvimento Econômico. 3. Amazonas. I. Título.

CDD 351

Bibliotecário responsável: Luisa Abreu – CRB-7: 6758



Sumário

Apresentação	4
Introdução	6
Panorama do estado do Amazonas	8
Eixo 1: Desenvolvimento econômico	6
Eixo 2: Infraestrutura, logística e integração territorial	14
Eixo 3: Trabalho, qualificação e empreendedorismo	18
Eixo 4: Tecnologia e transformação digital	20
Eixo 5: Segurança pública e combate à ilegalidade	24
Eixo 6: Bioeconomia e sustentabilidade	28
Eixo 7: Desenvolvimento social e inclusão	32



Apresentação

Palavra do Presidente

Agenda Institucional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Amazonas – Ciclo 2026-2030

O Amazonas ocupa uma posição singular no Brasil. Nossa realidade impõe desafios logísticos, econômicos e sociais que exigem soluções construídas a partir do diálogo, da cooperação e do compromisso com o desenvolvimento regional. Ao mesmo tempo, revela um enorme potencial para o crescimento sustentável, impulsionado pela força do comércio de bens, serviços e turismo e pela capacidade empreendedora do povo amazonense.

É com esse propósito que apresentamos mais uma edição da Agenda Institucional do Sistema Comércio Amazonas, documento que reúne as principais pautas defendidas pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Amazonas (Fecomércio-AM), em conjunto com seus sindicatos empresariais, e que traduz os anseios de um setor responsável pela maior parte da geração de emprego, renda e oportunidades em nosso Estado.

Esta Agenda representa a contribuição do Sistema Comércio para o fortalecimento do ambiente de negócios e para a construção de políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e social do Amazonas.

Vivemos um momento decisivo para o futuro do País e do Estado. Os desafios da infraestrutura logística, da conectividade, da qualificação profissional, da modernização tributária, da segurança jurídica e da inovação exigem planejamento, diálogo institucional e ações coordenadas entre os setores público e privado. É nesse contexto que reafirmamos nossa disposição de contribuir, de forma técnica e responsável, com soluções que fortaleçam a competitividade das empresas e promovam um ambiente favorável aos investimentos.

Acreditamos que o crescimento econômico sustentável depende da união de esforços entre empresários, trabalhadores, entidades representativas e poder público. Por isso, esta Agenda é, acima de tudo, um convite ao diálogo e à construção coletiva de soluções que permitam ao Amazonas ampliar sua competitividade, gerar mais oportunidades para sua população e consolidar seu protagonismo no cenário nacional.

José Roberto Tadros Júnior

*1º Vice-Presidente da Federação do Comércio de Bens,
Serviços e Turismo do Estado do Amazonas*



Eixo 1: Desenvolvimento econômico

Fruto de um amplo diálogo com lideranças sindicais e especialistas, aliado à análise das propostas para o Estado do Amazonas no período de 2026 a 2030, este documento consolida uma visão estratégica sobre os desafios e o imenso potencial do Amazonas. A obra reúne propostas direcionadas à dinamização da economia, à elevação da competitividade, à geração de empregos e ao aprimoramento do ambiente de negócios.

Embasada na colaboração e na representatividade, a Agenda espelha as necessidades reais do comércio de bens, de serviços e turismo, respeitando as complexidades geográficas, socioeconômicas e ambientais do Estado. Longe de ser apenas uma pauta de reivindicações, a publicação funciona como um balizador para o planejamento e a articulação institucional, visando fomentar políticas públicas que garantam um crescimento sustentável, a interiorização das oportunidades e a inclusão produtiva.

A entrega deste trabalho ganha contornos decisivos por coincidir com o ciclo eleitoral de 2026, período de renovação das lideranças dos Poderes Executivo e Legislativo. Sob essa ótica, o texto se ergue como um referencial para o debate público, oferecendo sólido embasamento técnico para candidatos, gestores e parlamentares dispostos a firmar compromissos com o futuro e a atuar por um Amazonas mais próspero, integrado e competitivo.

Para endereçar essas metas, as propostas estão estruturadas em sete pilares transversais e indispensáveis ao progresso estadual: (1) Desenvolvimento econômico, comercial e ambiente de negócios; (2) Infraestrutura, logística e integração territorial; (3) Trabalho, qualificação e empreendedorismo; (4) Tecnologia e transformação digital; (5) Segurança pública e combate à ilegalidade; (6) Bioeconomia e sustentabilidade; e (7) Desenvolvimento social e inclusão.

Em última instância, o propósito da Federação é elevar o nível do diálogo entre a iniciativa privada e a esfera governamental. Espera-se, com isso, que as prioridades estratégicas amazonenses sejam absorvidas pelos planos de governo e agendas legislativas, norteando as ações de desenvolvimento regional ao longo de todo o ciclo de 2026 a 2030.



Panorama do estado do Amazonas: desafios e potencialidades

O Amazonas ocupa uma posição estratégica não apenas no território brasileiro, como também no cenário global, abrigando uma das maiores reservas de biodiversidade do planeta e assumindo papel central nas discussões sobre sustentabilidade.

Historicamente, a economia do Amazonas se estruturou em torno do Polo Industrial de Manaus (PIM), cuja relevância para o desenvolvimento estadual é inegável. Entretanto, uma análise da estrutura econômica atual evidencia que o dinamismo do Estado depende cada vez mais da força do setor terciário.

Nesse contexto, o setor terciário se destaca como o principal sustentáculo da economia amazonense. O comércio e os serviços respondem por 45,92% do Produto Interno Bruto (PIB) estadual; concentram 68,4% dos empregos formais; e são responsáveis por 54,4% da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), evidenciando seu papel central na geração de renda, emprego e receitas públicas do Estado.¹

Apesar dessa pujança, o desenvolvimento do Estado ainda esbarra em limitações estruturais severas. A atividade econômica permanece altamente concentrada em Manaus, enquanto grande parte dos municípios do interior enfrenta desafios de infraestrutura, logística e integração aos mercados, refletidos na baixa participação na arrecadação estadual de ICMS.

Como consequência, o interior amazonense sofre com os reflexos de um isolamento sistêmico: deficiências crônicas na malha de transportes, alto custo e perda de energia elétrica, baixa conectividade digital e dificuldade de acesso a crédito, fatores que restringem a competitividade e aprofundam as desigualdades regionais.

Simultaneamente, a capital lida com entraves urbanos urgentes, como gargalos de mobilidade e segurança, enquanto o Estado como um todo enfrenta índices preocupantes de informalidade e um descompasso entre a qualificação da mão de obra e as demandas do mercado. A superação desses obstáculos exige a modernização do ambiente de negócios e o aproveitamento inteligente de vocações ainda subexploradas.

Contudo, esse novo ciclo de desenvolvimento só será viável mediante planejamento de longo prazo, redução da burocracia, segurança jurídica e integração territorial. Para transformar o potencial do Amazonas em realidade prática, as soluções estruturantes foram consolidadas nos sete eixos temáticos a seguir, desenhados para nortear o futuro do estado.

¹ FECOMÉRCIO-AM. Panorama Econômico do Comércio do Amazonas – abril de 2026. Manaus: Fecomércio-AM, 2026.



Eixo 1: Desenvolvimento econômico, comercial e ambiente de negócios

Nos últimos anos, o setor terciário manteve trajetória de crescimento, consolidando seu papel na geração de emprego, renda e receitas públicas. Apesar desse desempenho, a dinâmica econômica permanece fortemente concentrada em Manaus.

O ambiente de negócios também convive com entraves estruturais que restringem a competitividade amazonense, como a elevada informalidade, as deficiências de infraestrutura e os elevados custos logísticos. Embora a Zona Franca de Manaus (ZFM) permaneça como o principal vetor da economia estadual, torna-se cada vez mais necessário estimular novos vetores de desenvolvimento, especialmente nos setores de serviços e turismo.

Esses desafios se tornam ainda mais relevantes diante da implementação da reforma tributária. Embora o tratamento constitucional conferido à Zona Franca tenha sido preservado, a transição para o novo sistema tributário reforça a urgência de acelerar a diversificação econômica e ampliar a competitividade do Estado.

Nesse contexto, a atuação coordenada entre o setor produtivo e o poder público será fundamental para reduzir o “Custo Amazônico”; aprimorar o ambiente de negócios; e mobilizar instrumentos, como o Fundo de Sustentabilidade e Diversificação Econômica, para impulsionar investimentos que promovam desenvolvimento mais equilibrado e sustentável.

Fortalecimento empresarial

A atividade empresarial no Amazonas enfrenta entraves que comprometem sua competitividade, como restrições de crédito, custos tributários, desafios logísticos e limitações à transformação digital. Somam-se a esse cenário a expansão do comércio eletrônico e a crescente concorrência nacional, que exigem maior produtividade, inovação e capacidade de adaptação das empresas locais. Nesse contexto, torna-se fundamental fortalecer o ambiente de negócios por meio da simplificação regulatória e tributária, da ampliação do acesso ao crédito e do estímulo à modernização empresarial, criando condições mais favoráveis ao investimento, à competitividade e à geração de emprego e renda.

Propostas de políticas públicas:

Burocracia no acesso aos incentivos da ZFM: simplificar e ampliar o acesso das micro e pequenas empresas aos benefícios e incentivos da Zona Franca de Manaus, reduzindo burocracias, custos de conformidade e barreiras operacionais.

Previsibilidade dos instrumentos de desenvolvimento: fortalecer a governança dos fundos estaduais voltados ao desenvolvimento econômico, garantindo estabilidade na destinação de seus recursos para investimentos em infraestrutura, inovação, crédito, digitalização e competitividade empresarial, evitando sua utilização para cobertura de despesas correntes do Estado.

Revisão da cobrança antecipada: revisar a política de cobrança antecipada de tributos, garantindo que o recolhimento ocorra apenas depois da efetiva comercialização das mercadorias, aliviando o fluxo de caixa das empresas.

Modernização do Refis Amazonas: o modelo atual inviabiliza a regularização de micro e pequenas empresas e gera “empresários invisíveis”. É preciso dilatar prazos para, no mínimo, cem meses e extinguir a exigência de percentuais elevados de entrada fiscal para adesão.

Fundo Garantidor para pequenos negócios: implementar um fundo de aval, nos moldes do Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (Fampe), para mitigar riscos e possibilitar que empreendedores sem patrimônio real acessem financiamentos para capital de giro e inovação.

Programa integrado de fortalecimento das micro, pequenas e médias empresas: instituir programa transversal, articulado com órgãos estaduais, Agência de Fomento do Estado do Amazonas (Afeam), entidades empresariais e instituições de apoio empresarial, voltado a simplificação regulatória, qualificação gerencial, ampliação do acesso a mercados e fortalecimento da competitividade dos pequenos negócios.

Transição tributária e competitividade da Zona Franca de Manaus (ZFM)

A implementação da reforma tributária inaugura um novo contexto para a economia amazonense, exigindo segurança jurídica, estabilidade regulatória e coordenação institucional ao longo do período de transição. A adoção do novo modelo de tributação e do princípio do destino impõe desafios relevantes à competitividade do Estado, tanto pela necessidade de preservar os diferenciais da Zona Franca de Manaus (ZFM) quanto de criar condições favoráveis à atração de investimentos e ao fortalecimento de novos setores econômicos.

Nesse cenário, torna-se essencial uma atuação coordenada entre o governo do Estado, a União e o setor produtivo para assegurar a regulamentação dos mecanismos de compensação e dos incentivos previstos constitucionalmente, conferindo previsibilidade aos agentes econômicos. Paralelamente, a transição deve ser aproveitada como oportunidade para ampliar a competitividade da economia amazonense, estimular a diversificação produtiva e fortalecer atividades estratégicas, especialmente nos setores de comércio, serviços e turismo.

Propostas de políticas públicas:

Mesa permanente de transição tributária: instituir fórum técnico permanente reunindo a Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas (Sefaz/AM), a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e entidades representativas do setor produtivo para harmonizar interpretações, elaborar orientações técnicas e antecipar impactos setoriais decorrentes da implementação da reforma tributária.

Gestão de fundos de compensação: apoiar a regulamentação e operacionalização do Fundo de Sustentabilidade e Diversificação Econômica do Amazonas (Fundsam), assegurando que os recursos destinados pela União sejam aplicados em iniciativas voltadas à diversificação produtiva, à inovação e ao fortalecimento da competitividade da economia amazonense em setores variados.

Planejamento da nova contribuição estadual: iniciar estudos técnicos, jurídicos e fiscais para a nova contribuição vinculada ao Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) a partir de 2033. O objetivo é garantir a transição segura e a continuidade dos recursos destinados à Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e do Fundo de Fomento ao Turismo, Infraestrutura, Serviços e Interiorização do Desenvolvimento (FTI).



Eixo 2: Infraestrutura, logística e integração territorial

O Estado do Amazonas opera sob severas restrições de integração territorial. O subdesenvolvimento logístico e a precariedade dos modais de transporte não são apenas falhas setoriais, mas também fatores causais transversais que fragilizam toda a economia, reduzem a competitividade empresarial e ampliam as desigualdades sociais.

A vulnerabilidade da infraestrutura amazonense se manifesta de forma transversal em toda a sua matriz de transportes. Em solo, a malha rodoviária sofre com baixa capilaridade e descontinuidade, impondo o isolamento terrestre em relação ao restante do País. Pelas águas, a altíssima dependência do modal hidroviário contrasta com a falta de sinalização, a carência de portos estruturados e a imprevisibilidade de estiagens extremas, que frequentemente suspendem navegações e inflam os fretes.

Além disso, o transporte aéreo, fundamental para a coesão territorial e o acesso a serviços essenciais no interior, permanece limitado por infraestruturas aeroportuárias precárias e custos operacionais proibitivos. Em conjunto, esses entraves evidenciam como a fragilidade simultânea das vias terrestres, fluviais e aéreas compromete a estabilidade econômica, a segurança do abastecimento e a mobilidade de toda a região.

Paralelamente aos desafios de transporte regional, a infraestrutura civil e urbana de Manaus – com destaque para a degradação de seu Centro Histórico e os gargalos de mobilidade – compromete a dinâmica do ambiente de negócios, a qualidade de vida local e o pleno aproveitamento do potencial turístico urbano.

O gargalo sistêmico da região, portanto, vai além das deficiências isoladas de cada modal. Ele reside na completa ausência de integração, consolidando uma matriz logística regional cara, lenta, imprevisível e altamente fragmentada. Essas restrições geram um efeito cascata: elevam os custos operacionais e reduzem a atratividade da Zona Franca de Manaus; aprofundam desigualdades, concentrando a riqueza na capital e encarecendo o custo de vida no interior; e prejudicam o desenvolvimento turístico com a imprevisibilidade de rotas e custo de acesso.

A partir do exposto, é urgente a recomposição da capacidade de investimento do Estado para elevar paulatinamente o volume de investimentos públicos em infraestrutura, além de atrair capital privado e parcerias estratégicas para a região.

Navegação fluvial e infraestrutura hidroviária

Apesar de constituir a espinha dorsal da logística regional e assegurar o abastecimento de 47 municípios que dependem exclusivamente do transporte fluvial ou aéreo, o modal hidroviário no Amazonas opera sob significativas deficiências. Esse cenário é agravado pelas estiagens extremas e recorrentes, que comprometem a navegabilidade, interrompem o fluxo de mercadorias, ameaçam o abastecimento e elevam os custos logísticos por meio da cobrança de “taxas de seca”. Soma-se a isso o avanço da pirataria e da atuação do crime organizado nas rotas fluviais, fatores que ampliam os riscos operacionais e encarecem ainda mais o transporte regional.

Propostas de políticas públicas:

Manaus moderna: cobrar celeridade no cronograma das obras e garantir que os espaços de carga e descarga das feiras não encareçam o frete e reduzam o desperdício de alimentos perecíveis.

Regulação e concessões hidroviárias: articular junto à União a transformação dos rios em hidrovias reguladas; e avançar na estruturação de concessões hidroviárias. O objetivo é viabilizar investimentos contínuos e a modernização do modal, enfrentando gargalos estruturais e garantindo a navegabilidade para cabotagem.

Rede de terminais estratégicos: desenvolver uma rede integrada de terminais hidroviários estratégicos e estruturas de apoio logístico nos principais corredores fluviais do Amazonas, priorizando a melhoria da infraestrutura existente, a ampliação da capacidade de armazenagem e a conexão com outros modais.

Política permanente de dragagem e sinalização: substituir medidas emergenciais e estabelecer uma política permanente de dragagem e sinalização das hidrovias, especialmente nos rios Amazonas e Solimões, através de articulação constante entre União e Estado do Amazonas.

Resiliência logística e adaptação climática

Os eventos climáticos extremos vêm se tornando cada vez mais frequentes e intensos na Amazônia, produzindo impactos diretos sobre as cadeias de abastecimento, a circulação de mercadorias, a mobilidade da população e a competitividade das empresas. As estiagens severas e as cheias extremas afetam a navegabilidade dos rios, elevam custos logísticos, comprometem o abastecimento de produtos essenciais e geram insegurança para investimentos públicos e privados. Diante desse cenário, torna-se necessário incorporar a adaptação climática ao planejamento da infraestrutura e da logística estadual.

Propostas de políticas públicas:

Plano estadual de resiliência logística: elaborar e implementar um plano permanente de preparação e resposta a eventos climáticos extremos, com foco na manutenção do abastecimento, na redução dos impactos econômicos e na continuidade das operações logísticas.

Infraestrutura adaptada às mudanças climáticas: incorporar critérios de adaptação climática ao planejamento e à modernização da infraestrutura logística estadual, priorizando investimentos que reduzam a vulnerabilidade dos principais corredores de transporte e das estruturas estratégicas para o abastecimento da população e das atividades econômicas.

Monitoramento e inteligência para gestão de crises: fortalecer os sistemas de monitoramento hidrológico, a previsão de cenários e o compartilhamento de informações entre governo, setor produtivo e operadores logísticos, aprimorando a tomada de decisão em situações de emergência.

Governança integrada para eventos extremos: instituir mecanismos permanentes de coordenação entre Estado, União, municípios, Defesa Civil e setor produtivo para planejamento, prevenção e resposta rápida a crises que afetem a logística e o abastecimento regional.

Integração rodoviária

O modal rodoviário amazonense se caracteriza por baixa capilaridade e descontinuidade, mantendo o Estado numa condição de semi-isolamento logístico terrestre. A falta de manutenção contínua e a ausência de uma rede rodoviária complementar integrada elevam substancialmente o custo do transporte terrestre e o tempo de trânsito, o que obriga o setor produtivo a suportar uma custosa imobilização de capital em estoques, desestimulando a interiorização do desenvolvimento produtivo. A pavimentação da BR-319 e da BR-230 permanece como tema central de segurança logística e redução do “Custo Brasil” para a Amazônia.

Propostas de políticas públicas:

Missão Amazonas (BR-319 e BR-230): designar pessoal e/ou gabinete específico para monitorar, articular e trabalhar junto ao governo federal e parlamentares com o objetivo de garantir a pavimentação destas rodovias, com governança ambiental robusta e celeridade nos processos.

Estradas estaduais: realizar concessões para recuperação e manutenção das principais rodovias estaduais, como as rodovias AM-010 e AM-352, assegurando a longevidade da malha viária.

Mobilidade e infraestrutura urbana

No âmbito urbano e metropolitano, as deficiências se manifestam na saturação do tráfego, na favelização e no processo de esvaziamento das áreas centrais, sobretudo na capital, Manaus. A ausência de um plano estadual de mobilidade metropolitana e a falta de transporte fluvial metropolitano regulado sobrecarregam as vias terrestres, resultando em perda contínua de produtividade para os trabalhadores pendulares.

Com relação ao Centro Histórico, o quadro é agravado pelo modelo rígido do estacionamento rotativo (Zona Azul), que afugenta o consumidor de rua; por propostas danosas de asfaltamento de calçadas pedonais; e pelo avanço da insegurança pública, fatores que, juntos, aceleram a degradação e o abandono do comércio.

Propostas de políticas públicas:

Plano estadual de mobilidade metropolitana: elaborar um plano integrado de mobilidade para a Região Metropolitana de Manaus, contemplando o transporte de passageiros e cargas, a implantação de infraestrutura logística urbana e a integração dos diferentes modais, reduzindo custos, aumentando a produtividade e apoiando a revitalização das áreas centrais.

Transporte fluvial metropolitano: instituir um sistema regular de transporte fluvial de passageiros na Região Metropolitana de Manaus, integrado aos demais modais de transporte, ampliando a mobilidade urbana, reduzindo congestionamentos e fortalecendo a integração entre os municípios.

Conectividade aérea e infraestrutura aeroportuária

No contexto de isolamento geográfico do interior amazonense, a malha aeroportuária desempenha uma função vital para a coesão territorial, o atendimento de urgências de saúde, a segurança e a circulação de bens. No entanto, a infraestrutura de aviação regional apresenta graves limitações operacionais, marcada por pistas de baixa capacidade, sinalização deficitária e escassez de infraestrutura de suporte. A baixa frequência de voos regulares, combinada a custos operacionais extremamente elevados, impede que o transporte aéreo se consolide como um vetor de integração econômica regular, confinando a aviação regional a um papel meramente emergencial ou de atendimento pontual.

Propostas de políticas públicas:

Aeródromos regionais: modernizar os aeródromos regionais em articulação com a União, estabelecendo pontos operacionais estratégicos para reduzir o isolamento geográfico.

Agenda Conectar: articular junto ao Executivo Federal e aos parlamentares a implementação da Agenda Conectar², visando melhorar o ambiente de negócios no setor aéreo e favorecer a entrada de novas empresas no mercado nacional.

Benefícios fiscais: conceder benefícios fiscais sobre o querosene de aviação (QAV) condicionados a criação e manutenção de rotas fixas para municípios do interior.

² Fonte: Agenda Conectar: Uma política de Estado para o desenvolvimento da conectividade aérea brasileira. Disponível em: <https://www.gov.br/portos-e-aeroportos/pt-br/assuntos/noticias/2026/03/governo-federal-lanca-politica-de-estado-para-transformacao-da-conectividade-aerea-brasileira/AgendaConectarv1.pdf/@@display-file/file>. Acesso em: 27 jul. 2026.



Eixo 3: Trabalho, qualificação e empreendedorismo

O mercado de trabalho no Amazonas apresenta contrastes. Enquanto o Polo Industrial de Manaus (PIM) permanece como principal motor da economia estadual, o Estado registrou taxa de desocupação de 8,4% em 2024, acima da média nacional (6,7%), além de elevada informalidade (47,6%).³ Diante da incapacidade do mercado formal de trabalho de absorver toda a mão de obra disponível, o empreendedorismo assume um papel de destaque, impulsionado pela expressiva expansão de microempreendedores individuais e de pequenos negócios nos últimos anos.

Em paralelo, a concentração da atividade econômica em Manaus limita as oportunidades no interior, marcado por menor dinamismo econômico, baixa diversificação produtiva e dependência de políticas de transferência de renda. A limitada oferta de educação profissional e tecnológica agrava o desafio da formação de mão de obra qualificada e incentiva a migração de jovens para a capital.

Segundo o Censo 2022, o Amazonas possui cerca de 730 mil jovens de 14 a 24 anos⁴, público estratégico para programas de aprendizagem profissional, qualificação e educação técnica, e cuja inserção produtiva será decisiva para o desenvolvimento do Amazonas. Enfrentar esse quadro exige atuação coordenada entre poder público, setor produtivo e instituições de educação profissional para ampliar a oferta de formação, alinhar os currículos às demandas da economia regional e fortalecer as oportunidades de inserção qualificada, contribuindo para reduzir o desemprego, combater a informalidade e elevar a produtividade.

Qualificação profissional alinhada às demandas do mercado

Embora o mercado de trabalho brasileiro venha apresentando melhora em termos gerais, a qualificação profissional permanece como um dos principais desafios, especialmente para ocupações de maior complexidade técnica. No Amazonas, lideranças setoriais apontam esse descompasso entre a formação disponível e as demandas do mercado como um dos principais entraves à retenção de talentos e à redução da rotatividade nas empresas. Nesse contexto, torna-se prioritário alinhar a oferta de educação profissional às necessidades do setor produtivo, fortalecendo a competitividade das empresas e ampliando as oportunidades de inserção qualificada.

Propostas de políticas públicas:

Mapa permanente de competências: implantar um mapa permanente de competências do Amazonas, integrando setor produtivo, Sistema S, universidades, Suframa e governo do Estado, para identificar as ocupações de mais escassez e ajustar rapidamente a oferta de cursos.

Ampliação da oferta de educação profissional: expandir a oferta de cursos de qualificação profissional, educação técnica e aprendizagem profissional, por meio da integração entre a rede estadual de ensino e o Senac, aproveitando a possibilidade de oferta concomitante ao ensino médio.

Programa de qualificação para o interior: ampliar a oferta de educação profissional no interior por meio de ensino híbrido, laboratórios móveis, polos regionais e certificação rápida, fortalecendo iniciativas já apoiadas pela Suframa em áreas como TIC, bioeconomia, energias renováveis, alimentos, pesca, aquicultura e empreendedorismo, com foco em escala, governança e resultados.

Formação para a vida e cidadania: ampliar as ações de educação financeira na rede estadual e incorporar atividades práticas voltadas ao letramento burocrático, aos direitos do cidadão, ao funcionamento das instituições, à saúde mental e ao desenvolvimento socioemocional, preparando os estudantes para os desafios da vida adulta.

³ Fonte: Amazônia Legal em Dados (Painel de Economia - PNAD). Disponível em: <https://amazonialegalemdados.info/dashboard/pre-perfil.php?>. Acesso em: 27 jul. 2026.

⁴ IBGE. Panorama do Estado do Amazonas: Censo 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/panorama>. Acesso em: 27 jul. 2026.



Eixo 4: Tecnologia e transformação digital

O fortalecimento da ciência, tecnologia, inovação, Inteligência Artificial (IA) e transformação digital representa uma oportunidade estratégica para diversificar a economia amazonense, aumentar a competitividade das empresas e modernizar a prestação de serviços públicos.

Entretanto, esse potencial ainda não se converte plenamente em ganhos econômicos e produtivos, em razão da fragmentação do ecossistema de inovação; da baixa articulação entre universidades, centros de pesquisa, setor produtivo e governo; e das dificuldades de transformar conhecimento científico em novos produtos, processos e negócios.

Além disso, a transformação digital permanece distribuída de forma desigual no território estadual. Enquanto Manaus concentra a maior parte da infraestrutura tecnológica e da capacidade instalada, grande parte dos municípios do interior ainda enfrenta limitações de conectividade, acesso às tecnologias digitais e qualificação profissional, restringindo a difusão da economia digital e da inovação.

Soma-se a esse cenário a necessidade de modernizar a administração pública por meio da digitalização de processos, da simplificação regulatória e da ampliação dos serviços públicos digitais oferecidos ao cidadão e ao setor produtivo. O fortalecimento do ecossistema regional de inovação e o avanço da transformação digital serão fundamentais para elevar a produtividade, reduzir custos operacionais, ampliar a competitividade das empresas e impulsionar um modelo de desenvolvimento baseado no conhecimento e na inovação.

Digitalização e modernização empresarial

O setor de comércio e serviços identifica a baixa densidade tecnológica como um entrave à expansão. Pequenas e médias empresas enfrentam dificuldades para adotar sistemas de gestão (ERP), marketing digital e ferramentas de inteligência de mercado, o que as torna vulneráveis ao avanço de marketplaces globais.

Propostas de políticas públicas:

Programa estadual de transformação digital para micro e pequenas empresas: implementar programa de incentivo a adoção de soluções de gestão empresarial, comércio eletrônico, automação comercial, computação em nuvem e inteligência de mercado, ampliando a competitividade dos pequenos negócios e promovendo sua inserção na economia digital.

Integração entre o PIM e o comércio: articular, em parceria com a Suframa, programas que aproximem indústria, comércio, universidades e centros de pesquisa para desenvolver soluções tecnológicas voltadas a rastreabilidade, automação logística, digitalização dos negócios e inovação aplicada ao setor produtivo.

Inclusão digital: expandir a infraestrutura de conectividade de alta velocidade nos municípios do interior, priorizando soluções tecnológicas adequadas às características geográficas da Amazônia e promovendo a inclusão digital da população, das empresas e dos serviços públicos.

Hub de inovação do comércio: estruturar um ambiente permanente de cooperação entre startups, universidades, centros de pesquisa e o setor de comércio, serviços e turismo para desenvolver, testar e difundir soluções inovadoras voltadas a logística, digitalização dos negócios, automação de processos e gestão empresarial.

Governo digital e desburocratização

A digitalização e a modernização dos serviços públicos são pilares fundamentais para conferir mais eficiência, transparência e previsibilidade à gestão administrativa, reduzindo custos operacionais e otimizando a relação entre o Estado e o setor produtivo. Superar os entraves decorrentes de sistemas fragmentados e fluxos manuais por meio da integração tecnológica é indispensável para simplificar a jornada institucional e fortalecer a competitividade econômica.

Propostas de políticas públicas:

Plataforma do empresário: *evoluir o ecossistema da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim) estadual para criar uma jornada única de negócios com maior conexão a outros órgãos e entidades, unificando a jornada do empreendedor.*

Automação e simplificação: *implementar ferramentas de IA e automação de processos com metas de redução do tempo médio de tramitação de processos administrativos.*



Eixo 5: Segurança pública e combate à ilegalidade

O cenário de segurança pública no Amazonas atravessa um de seus períodos mais complexos, marcado pela presença de facções transnacionais, expansão de mercados ilícitos e articulação entre crimes ambientais e narcotráfico. A atual crise de insegurança afeta frontalmente o ambiente de negócios e o setor produtivo local. Os impactos econômicos diretos incluem o encarecimento de mercadorias, em função da pirataria nas hidrovias; e o fechamento precoce de estabelecimentos comerciais, devido aos assaltos constantes em áreas centrais de Manaus.

Adicionalmente, o setor enfrenta inatividade operacional e prejuízos financeiros contínuos decorrentes do furto sistemático de cabos de cobre e equipamentos de infraestrutura. Em paralelo, a concentração histórica do aparato estatal na capital limita as respostas no interior, que se encontra em situação de vulnerabilidade extrema. O déficit de efetivo resulta em municípios inteiros guarnecidos por contingentes ínfimos de policiais desarmados e operando, muitas vezes, em instalações físicas degradadas.

Essas limitações estruturais e logísticas incentivam o domínio das calhas de rios e de áreas remotas por organizações criminosas voltadas ao narcotráfico. Enfrentar esse quadro exige atuação coordenada entre os entes federativos para ampliar a presença policial, alinhar a atuação de inteligência às demandas regionais e fortalecer a interiorização de políticas públicas. Isso contribuirá não apenas para desarticular economias ilícitas, mas também para proteger as populações locais e garantir a segurança jurídica e operacional necessária para o escoamento logístico e a atividade turística.

Valorização do efetivo e territorialização da segurança

A extensão territorial do Amazonas e a mobilidade das redes criminosas impõem um grave descompasso entre a capacidade de resposta do Estado e a dinâmica das facções. Superar esse gargalo exige a reorganização do aparato estatal, dotando-o de maior autonomia técnica, e alinhando a governança às reais necessidades operacionais de cada sub-região. Fortalecer a segurança na ponta depende diretamente da recomposição de quadros, da modernização da gestão e da garantia de infraestrutura digna.

Propostas de políticas públicas:

Valorização profissional e infraestrutura física: regularizar o pagamento do auxílio fardamento e destinar recursos específicos para investir na reforma física de instalações policiais precárias, assegurando condições dignas de trabalho aos agentes e um atendimento adequado à população, especialmente nas delegacias e quartéis do interior.

Descentralização e patrulhamento regional: dividir o estado em regiões administrativas de segurança pública, implantando bases fixas integradas e estruturando tropas especializadas em patrulhamento tático fluvial para o combate ao narcotráfico e aos crimes nas calhas dos rios.

Municipalização e integração da segurança urbana: promover o fortalecimento, a estruturação, o armamento e a capacitação das Guardas Municipais no interior, assegurando a sua atuação articulada e integrada às polícias estaduais na contenção da criminalidade local.

Combate à ilegalidade e proteção ao mercado formal

A proliferação de práticas ilegais – como pirataria, contrabando, descaminho, receptação e cibercrimes – compromete a competitividade do setor produtivo e a arrecadação pública. A expansão desse ecossistema ilícito desorganiza a atividade comercial, penaliza empresas regulares e degrada ativos críticos. Enfrentar esse cenário exige a articulação contínua entre inteligência policial, fiscalização tributário-concorrencial e monitoramento tecnológico.

Propostas de políticas públicas:

Policimento ostensivo: implementar planos de policiamento contínuo e especializado em rotas de transporte e em perímetros de alta densidade comercial e turística, garantindo o funcionamento estendido do comércio local com segurança.

Combate à pirataria e à concorrência desleal: reforçar fiscalização concorrencial e tributária contra práticas que desorganizam o mercado formal, especialmente contrabando, descaminho, pirataria, sonegação estruturada e receptação.

Mercado de sucatas: coordenar um esforço integrado entre os setores público e privado para combater o furto de cabos e equipamentos no Amazonas. A iniciativa focará em sanar gargalos regulatórios, estruturar a rastreabilidade comercial e desarticular a receptação, protegendo a infraestrutura de energia e telecomunicações, essencial para as operações empresariais.



Eixo 6: Bioeconomia e sustentabilidade

O Amazonas abriga o maior ativo ambiental do País, mas enfrenta um descompasso histórico entre a magnitude do seu estoque natural e a efetiva geração de riqueza. A atual pauta produtiva florestal é pouco diversificada e ancorada num modelo primário-extrativista, concentrado na venda de insumos *in natura*.

Para reverter esse cenário, a bioeconomia deve ser assumida como o vetor central de complexidade econômica, convertendo a “floresta em pé” num ativo financeiro tangível. Para o setor terciário, a sustentabilidade não é apenas uma obrigação ambiental, mas também a principal vantagem competitiva para posicionar os produtos amazônicos e consolidar o Estado como um destino de classe mundial para o ecoturismo e o turismo de base sustentável.

Contudo, a interiorização do desenvolvimento esbarra em gargalos estruturais severos. O fornecimento de energia, paradoxalmente dependente de combustíveis fósseis em meio à abundância de recursos naturais, encarece os custos logísticos, gera insegurança operacional e inviabiliza a estruturação de polos comerciais e turísticos fora da capital. A transição para uma matriz energética limpa e descentralizada é pré-requisito para viabilizar novos empreendimentos.

Por fim, o destravamento desses investimentos depende fundamentalmente de segurança jurídica, que só será alcançada mediante um Zoneamento Econômico-Ecológico (ZEE) robusto e bem definido. A superação desses desafios exigirá forte articulação institucional entre o setor público e a iniciativa privada, garantindo que os fundos constitucionais e os incentivos fiscais financiem, de fato, a inovação, a infraestrutura e a transição para uma economia de baixo carbono e de alto valor agregado.

Transição e segurança energética

A dependência de derivados de petróleo encarece a produção e limita a instalação de novas empresas. O desafio central é substituir o consumo de combustíveis fósseis por fontes renováveis e descentralizadas, aproveitando as vocações locais, como a biomassa e a energia solar, para reduzir as assimetrias socioeconômicas entre a capital e o interior.

Propostas políticas públicas:

Geração distribuída: expandir a geração de energia solar e incentivar a instalação de unidades de produção de biocombustíveis no interior, para substituir o diesel na geração de energia comunitária e processamento agrícola.

Infraestrutura energética: expandir o uso de fontes renováveis em prédios públicos e instituir um espaço permanente de diálogo junto à União, para harmonizar tarifas e acelerar a integração de redes de transmissão no interior.

Governança, segurança jurídica e planejamento territorial

O planejamento territorial no Amazonas atravessa um período complexo, marcado por fragmentação institucional, lacunas em dados geoespaciais e o consequente avanço desordenado do uso do solo. Essa fragilidade afeta diretamente o ambiente de negócios local, fazendo com que o setor produtivo enfrente atrasos operacionais, riscos contínuos de desmatamento ilegal e intensos conflitos fundiários.

Em paralelo, a lentidão no detalhamento técnico limita as respostas para o interior, que se encontra em situação de vulnerabilidade. Embora o Estado conte com um Macrozoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) instituído, a falta de consolidação prática deixa quase todo o território desprovido de governança precisa, reduzindo a previsibilidade necessária para investidores e prejudicando a segurança das comunidades tradicionais. É preciso avançar na implementação dos ZEEs, transformando-o num instrumento efetivo para guiar as decisões governamentais.

Propostas de políticas públicas:

Implementação do ZEE-AM: coordenar uma estratégia integrada entre os entes estaduais e municipais para acelerar a gestão do solo e o licenciamento ambiental no Amazonas. É preciso concluir a zonificação

detalhada, vincular obrigatoriamente as diretrizes estaduais aos Planos Diretores Municipais e operacionalizar uma estrutura de governança integrada que proteja os ativos ambientais e garanta segurança jurídica.

Concessões florestais: ampliar a destinação de áreas para manejo sustentável, com metas claras a serem atingidas.

Licenciamento simplificado: modernizar e simplificar os processos de licenciamento para pequenos produtores, cooperativas e empreendimentos da bioeconomia, fortalecendo a oferta de produtos regionais; a integração às cadeias de abastecimento do comércio, dos serviços e do turismo; a geração de emprego e renda; e o desenvolvimento econômico sustentável do interior do Amazonas.



Eixo 7: Desenvolvimento social e inclusão

O Amazonas registra altos índices de vulnerabilidade, baixa renda no interior e expressiva informalidade. No ambiente urbano, a restrição de renda e a precariedade habitacional limitam o potencial de consumo e a expansão do mercado formal de bens e serviços. A superação desse cenário exige conectar as políticas sociais à “porta de saída” da vulnerabilidade por meio da inserção produtiva, processo no qual o setor terciário exerce papel protagonista como principal empregador e descentralizador de renda.

Nesse ecossistema, a crônica insegurança jurídica e a indefinição fundiária funcionam como barreiras estruturais à interiorização do desenvolvimento. A ausência de titulação impede o acesso a crédito, inibe investimentos privados em infraestrutura comercial e turística e mantém micro e pequenos empreendedores marginalizados, travando a complexidade econômica e a formalização de mercados locais.

Para reverter esse quadro, é imperativa uma atuação coordenada entre o poder público e o setor produtivo. Consolidar a segurança jurídica e impulsionar o turismo sustentável e a bioeconomia como eixos de inclusão garantirá os alicerces para destravar investimentos, fortalecer o mercado consumidor e distribuir oportunidades de forma equitativa por todo o Estado.

Diretrizes para redução de vulnerabilidades

O Amazonas enfrenta um cenário social complexo, marcado por desigualdades históricas e pela ausência crônica de serviços essenciais, o que afeta severamente milhares de famílias no interior e nas comunidades ribeirinhas. A gestão desse território de dimensões continentais impõe desafios logísticos sem paralelos e exige uma compreensão profunda da enorme diversidade social local para a construção de soluções concretas. Para o setor de comércio, serviços e turismo, a qualificação profissional e a estruturação de cadeias locais de valor são ferramentas essenciais para transformar a base demográfica em motor de crescimento econômico.

Propostas de políticas públicas:

Turismo de base comunitária: fomentar o turismo de base comunitária através do fortalecimento dos arranjos produtivos locais por meio de capacitação técnica, linhas de crédito desburocratizadas e integração a plataformas digitais de comercialização, conectando a produção e os destinos turísticos diretamente às redes de suprimento do comércio, da gastronomia e da hotelaria.

Revitalização urbana e inclusão produtiva: implementar ações integradas de assistência social, qualificação profissional e geração de oportunidades de trabalho para populações em situação de vulnerabilidade, promovendo a ocupação qualificada dos espaços urbanos, o fortalecimento da atividade econômica e a melhoria do ambiente de negócios.

Saúde como vetor de desenvolvimento regional: expandir a cobertura de telemedicina e de serviços de saúde no interior, contribuindo para a fixação da população, a melhoria da produtividade e a redução das desigualdades regionais.

Regularização fundiária como instrumento de justiça social

A irregularidade dominial no Amazonas vai além da insegurança habitacional, configurando-se como um gargalo estrutural para a economia urbana. A ausência de titulação impede o uso de imóveis como garantia fiduciária, bloqueando o acesso de famílias e empreendedores a linhas de crédito e capital de giro.

Na prática, esse cenário empurra o comércio local e a prestação de serviços para a informalidade, inibe investimentos privados e restringe a geração de empregos. Portanto, a regularização fundiária é o alicerce para transformar “capital morto” em ativos dinâmicos, conferindo a segurança jurídica necessária para destravar o ambiente de negócios, elevar a complexidade econômica dos municípios e integrar o fortalecimento do mercado consumidor ao desenvolvimento social do Estado.

Propostas de políticas públicas:

Regularização urbana: realizar mutirões de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social (Reurb-S), garantindo a titulação gratuita para famílias de baixa renda e o mapeamento dos perímetros urbanos hoje inexistentes em grande parte do interior.

Articulação interinstitucional e desburocratização: estabelecer Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) entre órgãos estaduais, municipais e o Poder Judiciário, para desburocratizar a emissão de títulos definitivos em áreas estratégicas ao desenvolvimento do turismo e da cadeia de serviços no interior.

 ·  Fecomércio AM ·  Sindicatos Empresariais ·  Sesc ·  Senac

Sistema Comércio

